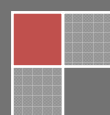


2016

Casa do Povo do Pombalinho



Relatório de Gestão e Contas de 2016



Índice

Identificação da Entidade.....	iv
Enquadramento Macroeconómico	vii
Relatório de Gestão	ix
Demonstrações Financeiras	xxiv
Anexo às Contas	xxx
1 Identificação da Entidade	33
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	34
3 Principais Políticas Contabilísticas	35
3.1 Bases de Apresentação	35
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	36
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	46
5 Ativos Fixos Tangíveis	46
6 Activos Intangíveis	48
7 Locações.....	48
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	48
9 Inventários	49
10 Rédito.....	49
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	49
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	50
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	50
14 Imposto sobre o Rendimento	50
15 Benefícios dos empregados	51
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	54
17 Outras Informações	54
17.1 Investimentos Financeiros	54
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	54
17.3 Clientes e Utentes.....	55
17.4 Outras contas a receber.....	55
17.5 Diferimentos	55
17.6 Outros Activos Financeiros	56
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	56
17.8 Fundos Patrimoniais	56
17.9 Fornecedores	56

17.10 Estado e Outros Entes Públicos	57
17.11 Outras Contas a Pagar	57
17.12 Outros Passivos Financeiros	58
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	58
17.14 Fornecimentos e serviços externos	58
17.15 Outros rendimentos e ganhos	58
17.16 Outros gastos e perdas	59
17.17 Resultados Financeiros	59
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	59

Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Pombalinho, contribuinte nº 501 154 701, é uma Instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua Barão de Almeirim, N.º14/16, 2150 - 081 Pombalinho, Concelho de Pombalinho, Distrito de Santarém.

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, que prossegue os objetivos previstos no artigo 1 do Estatuto das IPSS, sendo equiparada a estas Instituições e aplicando-lhe os mesmos Estatutos e Direitos, Deveres e Benefícios Fiscais desde 05/12/2006.

Tem como atividade Apoio Social a Idosos, sem Alojamento, disponibilizando as seguintes valências:

- Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Cantinas Sociais

Tem como missão promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. Tem por finalidade desenvolver atividades de carácter social, cultural, recreativo e desportivo, com a participação dos interesses e em colaboração com o Estado, as Autarquias e o INATEL.

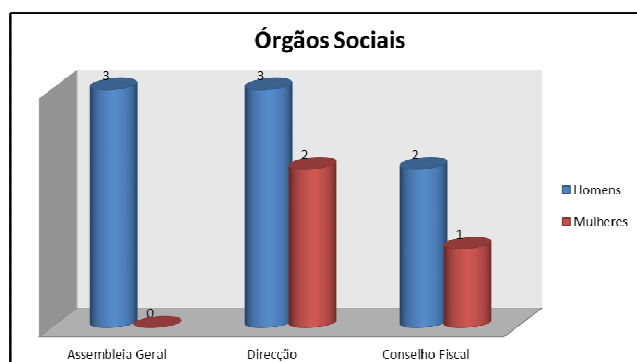
Para realização destes fins, a Casa do Povo, deve:

- Promover ações de animação sociocultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;
- Desenvolver atividades de apoio social nas valências Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;
- Fomentar a participação da população nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da área em que está inserida e a melhorar a qualidade de vida nos aspetos social, cultural, desportivo e recreativo;
- Participar no planeamento de ações de carácter económico, social e cultural que abranjam a área inserida.

A sua gestão, por via do direito que regula os seus Estatutos, é constituída por três órgãos de gestão: uma Direcção, um Conselho Fiscal e uma Assembleia Geral (Na.º1, Artº20 dos Estatutos da Instituição). Sendo que, *é o gratuito o exercício dos cargos sociais, sem prejuízo do direito à compensação das despesas daí resultantes* (n.º6, artº24 dos Estatutos da Instituição).

Constituição dos Corpos Gerentes:

- ❖ **Direcção** (composta por cinco membros – Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal)
- ❖ **Conselho Fiscal** (composto por três membros – Presidente e dois Vogais)
- ❖ **Assembleia Geral** (composta por três membros – Presidente e dois Secretários)



Órgãos Sociais	Total	Homens	Mulheres	Remunerações
Assembleia Geral	3	3	0	s\ remuneração
Direcção	5	3	2	s\ remuneração
Conselho Fiscal	3	2	1	s\ remuneração

Totais	11	8	3
---------------	-----------	----------	----------

Mesa da Assembleia Geral	
Cargo	Nome
Presidente:	Vitor Manuel Borges da Costa
1º secretário:	João Carlos Duarte santos Légua
2º secretário:	Hélder Manuel Arroteia Costa

Direcção	
Cargo	Nome
Presidente:	José Manuel Almeida Guilherme da Costa
Vice Presidente:	Rui Manuel Duarte Fonseca Cavaco
Tesoureiro:	Manuel António Gandarez Martinho
Secretário:	Vera Lúcia Marques
Vogal:	Dina Teresa Simões Miguel Costa

Conselho Fiscal	
Cargo	Nome
Presidente:	Maria Dulce Arroteia Costa
Vice Presidente:	João Cralos Gandarez Martinho
Tesoureiro:	Tiago Manuel da Costa Cavaco

Pessoas ao Serviço da Instituição e Horas Trabalhadas:

Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 501 154 701

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas	Numeros médios anuais			Nº de horas
	Total	Homens	Mulheres	Trabalhadas
Pessoas ao serviço remuneradas e não remuneradas	22	9	13	18 156
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	11	2	9	17 582
Trabalhadores por conta de outrem	11	2	9	17 582
Trabalhadores Avençados	0	0	0	0
Trabalhadores Ocasionais e Programas \estágios profissionais (IEFP)	0	0	0	0
Pessoas Não remuneradas ao serviço da empresa	11	7	4	574
Assembleia Geral (efectivos)	3	2	1	18
Direcção (efectivos)	5	3	2	520
Conselho fiscal (efectivos)	3	2	1	36
Voluntários	0	0	0	0
Pessoas ao Serviço da instituição por Tipo de Horário	22	9	13	18 156
TEMPO COMPLETO	11	2	9	17 582
- Pessoas Remuneradas	11	2	9	17 582
- Pessoas Não remuneradas	0	0	0	0
TEMPO PARCIAL	11	7	4	574
- Pessoas Remuneradas	0	0	0	0
- Pessoas Não remuneradas	11	7	4	574

Em 2016, estavam ao serviço da Instituição 22 pessoas. Sendo que, 11 são pessoas não remuneradas (Órgãos Sociais) e 11 são funcionários remunerados, estando em regime de horário completo.

Enquadramento Macroeconómico

1. Economia Portuguesa

No primeiro semestre de 2016, o PIB apresentou um crescimento moderado de 0,9 por cento face ao período homólogo, a atividade económica aumentou 0,5 por cento. O abrandamento da atividade em termos homólogos resultou de menores contributos positivos da procura interna e das exportações, à semelhança do verificado no segundo semestre de 2015.

O menor dinamismo da procura interna em termos homólogos refletiu essencialmente a diminuição do investimento, verificando-se uma redução de 2,7 por cento da FBCF no primeiro semestre de 2016.

A evolução deste agregado é explicada, em larga medida, pelas quedas registadas na FBCF (formação bruta de Capital Fixo).

Estima-se que a evolução do PIB na primeira metade de 2016 esteja associada à desaceleração da procura interna, uma vez que o crescimento das exportações líquidas de conteúdos importados estabilizou face ao semestre anterior.

No primeiro semestre de 2016, a situação no mercado de trabalho continuou a melhorar, observando-se uma redução da taxa de desemprego (de -1,2 pontos percentuais (p.p.) face ao semestre homólogo) e um aumento do emprego total (conceito de Contas Nacionais Trimestrais) de 0,9 por cento em termos homólogos.

Forte aceleração da atividade económica no terceiro trimestre de 2016, No terceiro trimestre de 2016, de acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a atividade económica cresceu 1,6 por cento face ao período homólogo e 0,8 por cento face ao trimestre anterior.

Neste quadro, a aceleração da atividade económica refletiu, em termos homólogos, uma aceleração das exportações e um crescimento ligeiramente maior da procura interna.

No que diz respeito ao forte crescimento face ao segundo trimestre de 2016, destaca-se o contributo positivo das exportações de bens e de serviços, em contraste com um contributo negativo da procura interna.

Crescimento mais forte do consumo privado e nova redução do investimento. Num contexto de aumento do rendimento disponível real, diminuição da taxa de desemprego e manutenção da confiança dos consumidores em níveis particularmente elevados, estima-se que o consumo

privado tenha apresentado um crescimento dinâmico, superior ao verificado para o PIB no terceiro trimestre.

2. Economia Local

Em 2016 e com a um cenário de crescimento moderado dos níveis de atividade, verifica-se que existem marcas dos tempos difíceis que todos atravessamos mas que de forma lenta existe uma retoma de confiança.

As famílias e no caso a 3ª idade, que é o nosso sector de atuação, continua a ter as mesmas necessidades, agravadas pelas privações, ocorridas nas várias agregados familiares, durante este período, o centro continua a estar atento as necessidades criadas por esta ambiente de dentro da sua possibilidade vai atuando.

A Casa do Povo do Pombalinho continua a estar atento às necessidades criadas por este ambiente e, dentro da sua possibilidade, vai atuando de maneira a minimizar as carências sociais dos mais desfavorecidos. As Cantinas Sociais é um exemplo disso que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

Relatório de Gestão

A Direção, em cumprimento com os Estatutos, vem apresentar o Relatório e a Prestação de Contas da Gestão referente ao período de 2016.

Serão expostos de forma sucinta os principais acontecimentos no período referido. Constan do relatório todas as despesas efetuadas assim como as receitas e apoios recolhidos no decorrer da atividade da Instituição.

Para melhor compreensão serão apresentados os seguintes mapas:

- A) Comparação dos Gastos e Rendimentos em 2016 e 2015**
- B) Indicadores Financeiros e Comparação de Rácios entre 2016 e 2015**
- C) Dados Estatísticos**

Em 2015, a casa do povo teve o processo de requalificação do seu espaço, enquadrado no âmbito do PRODER-IFAP, que ficou concluído, daí que o seu normal funcionamento tenha sido afectado.

Após essa requalificação efetuada, a casa do povo ficou com mais condições para melhor poder cumprir com a sua função social na freguesia.

Salienta-se o Facto de em 2015, devido as obras de requalificação que ocorreram na sede da instituição, o actividade “Bar”, teve uma parte significativa do ano sem facturação, o que levou a que os resultados apresentados nessa valência tenham sido negativos, espera-se com o restabelecer da normalidade após a conclusão das obras, que todas as valências da instituição entrem numa rota de rentabilidade e equilíbrio.

Relativamente, as obras de qualificação, efetuadas em 2015, verificou-se que a sua conclusão foi efetuada fora do prazo previsto no projeto inicial submetido ao apoio de no âmbito do PRODER-IFAP, facto esse relacionado com o incumprimento de prazos por parte do empreiteiro.

Esse facto levou a vários danos patrimoniais a instituição, quer Financeiros, quer económicos a saber:

Financeiros:

- Corte em cerca de 30% do apoio da candidatura no âmbito do PRODER-IFAP.
- Descapitalização da instituição, para fazer face ao pagamento de compromissos assumidos com fornecedores do projeto.
- Endividamento da instituição junta da Banca para fazer face aos compromissos assumidos, que deveriam ser ressarcidos se a instituição recebesse a totalidade do apoio previsto, situação que não aconteceu, e como tal, faz perdurar o credito com os respetivos custos financeiros.
- Existência de uma fatura de 23.006,06€, da Construções Sequita, que foi considerada não elegível na candidatura por respeitar a uma fase do projeto fora dos prazos contratados.
- Valor esse que a instituição contestou, junto do Fornecedor, mas que está em processo de contencioso, e que não tem forma de honrar.

Este Esforço Financeiro, desequilibra a tesouraria da instituição, e retirou-lhe a capacidade de repor investimentos essenciais ao normal funcionamento da instituição, como é o caso da reposição do material de transporte (carrinhas).

Devido a situação de desequilíbrio financeiro a instituição deixou de ter capacidade de adquirir novo equipamento de transporte, com fundos próprios.

Económicos:

- Os Atrasos verificados, implicaram a incapacidade de colocar em tempo útil a instituição a funcionar a 100% em 2015 e só conseguindo fazê-lo e 2016.
- O projeto obrigava a contratação de mais dois postos de trabalho, que foram realizados, mas que se verifica, que o crésimo de de gastos não foram colmatados pelo acréscimo de produtividade verificada, visto que:
- Aumento dos gastos nas suas várias componentes cresceram mais do que as componentes das receitas.
- As rubricas dos gastos em 2016, cresceram com base nos valores normais do mercado.
- As receitas da área comercial cresceram, mas não o suficiente para garantirem a cobertura de custos.
- As Receitas da Área social cresceram, mas não o suficiente para garantirem a sua sustentabilidade.

- Existiram Receitas suplementares de angariações de fundos de valor significativo, mas que ainda assim não garantiram a cobertura do diferencial de gastos existentes nas valências anteriormente focadas.

Os factos atrás identificados, levaram a que me 2015 e 2016 os resultados operacionais e resultados líquidos foram negativos.

Esse facto de destruição de valor, leva a que a instituição não consiga libertar meios suficientes para fazer face as necessidades financeiras atrás focadas.

Com base no cenário atrás exposto, a Direção da instituição pretende implementar as seguintes medidas:

1 -Solicitar o pedido ao Fundo de Socorro, a fim de poder:

- Equilibrar a situação Económica - Financeira da Instituição.
- Financiar a aquisição de equipamento de transporte.

2- Empreender a abertura de mais um a valência de apoio a comunidade, “Centro de Noite”, a fim de poder rentabilizar os recursos humanos existentes, e potenciar o aumento dos rendimentos, de forma a tornar a área social sustentável mantendo a atual estrutura.

A) Comparação dos Gastos e Rendimentos em 2016 e 2015

Em 2016, registou-se um acréscimo do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) de 12,48% comparativamente ao mesmo período de 2015. A rubrica que teve maior impacto neste resultado foram os bens alimentares comprados na área social (SAD, CC e Cantinas Sociais).

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
61 - CMVC - Custo das Materias Vendidas e Consumidas	48 835,25	43 418,40	5 416,85	12,48%
611- mercadorias - BAR	4 909,46	8 745,45	-3 835,99	-43,86%
612- mercadorias - SOCIAL	43 925,79	34 672,95	9 252,84	26,69%

A rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)** teve uma quebra 42,33% face ao mesmo período de 2015 principalmente pelas rubricas:

- ❖ **Serviços especializados**, pelo aumento em 9,46%.
- ❖ **Eletricidade**, aumento de 60,00%.
- ❖ **Água**, diminuição de (14,95%).
- ❖ **Combustíveis** diminuição de 17,11%

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
62 - FSE- Fornecimentos e Serviços Externos	28 287,10	19 874,50	8 412,60	42,33%
622 - Serviços Especializados	8 221,85	7 511,06	710,79	9,46%
6221-Trabalhos especializados	4 133,80	4 164,53	-30,73	-0,74%
6222-Publicidade e propaganda	33,83	14,62	19,21	100,00%
6223 - Vigilância e Segurança	481,41	1 151,91	-670,50	-58,21%
6224-Honorários	1 375,00	0,00	1 375,00	100,00%
6226- Conservação e Reparação	1 927,14	2 018,44	-91,30	-4,52%
6227 - Serviços Bancários	270,67	161,56	109,11	67,54%
623 - Materiais	1 948,20	1 135,93	812,27	71,51%
6231 -Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	991,91	223,48	768,43	343,85%
6232 - Livros e Documentação Técnica		10,99	-10,99	100,00%
6233 - Material de Escritório	956,29	814,96	141,33	17,34%
6234 - Artigos de Oferta				
6235 - Material Didatico		86,50	-86,50	-100,00%
624 - Energia e Fluidos	11 221,26	8 243,93	2 977,33	36,12%
6241 - Eletricidade	6 850,46	4 280,90	2 569,56	60,02%
6242 - Combustíveis	3 653,27	3 119,39	533,88	17,11%
6243 - Água	717,53	843,64	-126,11	-14,95%
625 - Deslocações Transportes e Estadas	0,00	0,00	0,00	0,00%
6251 - Deslocações e Estadas			0,00	
626 - Serviços Diversos	6 895,79	2 983,58	3 912,21	131,12%
6261 - Rendas e Alugueres				
6262 - Comunicação	1 537,04	1 434,58	102,46	7,14%
6263 - Seguros	933,36	685,48	247,88	36,16%
6265 - Contencioso e notariado		100,00	-100,00	100,00%
6266- Despesas de Representação				
6267- Limpeza Higiene e Conforto	221,34	253,02	-31,68	-12,52%
6268 - Outros Serviços	4 204,05	510,50	3 693,55	723,52%

A rubrica **Gastos com Pessoal** registou, no global, um aumento (7,60%) face ao mesmo período de 2015.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
63 - Gastos Com Pessoal	105 856,25	98 377,00	7 479,25	7,60%
631 - Remunerações de Órgãos Sociais				
632 - Remunerações de Pessoal	77 957,64	74 106,62	3 851,02	5,20%
633 - Programas e Estágios	7 553,77	5 680,56	1 873,21	32,98%
634 - Indemnizações				
635 - Encargos sobre Remunerações	18 593,50	17 072,46	1 521,04	8,91%
636- Seguros de Acidentes de Trabalho	1 751,34	1 517,36	233,98	15,42%

A rubrica **Gastos de Depreciações e de Amortizações** registou, um decréscimo (7,57%) comparativamente a 2015.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
64 - Amortizações	9 034,93	9 774,71	-739,78	-7,57%
641 - Amortizações de Ativos Intangíveis				
642- Amortizações de Ativos Tangíveis	9 034,93	9 774,71	-739,78	-7,57%

A rubrica **Outros Gastos e Perdas** registou, no geral, um decréscimo (-21,36%) em comparação ao mesmo período de 2015.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
68 - Outros Gastos	366,78	466,41	-99,63	-21,36%
681 - Impostos	216,34	348,78	-132,44	-37,97%
684 - pedas em inventários	45,44	0,00	45,44	100,00%
6881 - Correções Exerc. Anteriores	0,00	12,30	-12,30	-100,00%
6883- Quotizações	105,00	105,00	0,00	0,00%
6888- Outros Não Especificados		0,33	-0,33	-100,00%
689- Custos Apoios Financeiros concedidos a Utentes				

A rubrica **Gastos de Financiamento** também registou, no geral, uma diminuição de (72,48%), por via dos custos de financiamento do empréstimo bancário.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
69 - Gastos Financeiros	1 017,44	3 697,60	-2 680,16	-72,48%
691 - Juros Suportados	1 017,44	3 697,60	-2 680,16	-72,48%

Na rubrica **Vendas** verificou-se um aumento dos seus valores em 2016, em 92,89%, que é compreendido pelo encerramento em grande parte do ano de 2015, contrariamente ao que aconteceu em 2016.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
71 - Vendas	5 017,00	2 600,90	2 416,10	92,89%
711 - Mercadorias - Bar	5 017,00	2 600,90	2 416,10	92,89%
Tabaco	5 017,00	2 600,90	2 416,10	92,89%
P.Serviços - Bar				

Em 2016, na rubrica **Prestação de Serviços** constata-se um aumento de 26,31%, o que se explica pela mesma razão da rubrica anterior.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
72 - Prestações de Serviços	69 412,14	54 952,45	14 459,69	26,31%
721 - Quotas matriculas e mensalidades	49 099,30	45 910,86	3 188,44	6,94%
SAD	46 803,80	44 205,30	2 598,50	5,88%
CC	2 295,50	1 705,56	589,94	34,59%
722 - quotizações e Joias	312,00	210,00	102,00	48,57%
Quotizações e Jóias de Sócios	312,00	210,00	102,00	48,57%
723 - Promoções para captação de recursos	7 908,22	667,00	7 241,22	100,00%
725 - Serviços Secundários	12 092,62	8 164,59	3 928,03	100,00%
Bar	11 644,79	8 081,99	3 562,80	44,08%
Isentos	447,83	82,60	365,23	442,17%

A rubrica **Subsídios à Exploração e Doações** teve um aumento de 6.44%, face ao mesmo período de 2015, essencialmente pelo aumento das subsídios e donativos.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
75 - Subsídios e Doações	99 318,75	93 306,93	6 011,82	6,44%
751 - Subsídios do Estado	94 827,30	93 126,38	1 700,92	1,83%
Acordo Protocolado SAD	77 120,64	74 694,24	2 426,40	3,25%
Acordo Protocolado CC	9 495,00	9 372,60	122,40	1,31%
IEFP	1 257,66	3 957,04	-2 699,38	-68,22%
Cantinas Sociais	3 660,00	5 102,50	-1 442,50	-28,27%
CM GOLEGÃ	3 294,00	0,00	3 294,00	100,00%
752 - Subsídios de Outras Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00%
753 - doações Heranças e donativos	4 491,45	180,55	4 310,90	2387,65%
Donativos EBF (MOD25)	3 424,46	180,55	3 243,91	1796,68%
Donativos Anónimos	1 066,99	0,00	1 066,99	100,00%

A rubrica **Outros Rendimentos e Ganhos** registou um decréscimo de (1,65%) comparativamente ao mesmo período do ano de 2015, essencialmente devido a diminuição da imputação de subsídios.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
78 - Outros Rendimentos	8 433,43	8 575,19	-141,76	-1,65%
781 - Rendimentos Suplementares	2 454,08	2 187,40	266,68	12,19%
782 - Descontos de Pronto Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
784 - ganhos em inventários	24,90	107,22	-82,32	100,00%
788 - Outros	5 954,45	6 280,57	-326,12	-5,19%
7881 - Correções Exerc. Anteriores		335,68	-335,68	-100,00%
7882 - Excesso Estimativa Impostos	0,38	0,02	0,36	1800,00%
7883 - Imputação Sub ao Investimento	5 737,32	5 929,07	-191,75	-3,23%
7885 - Restituição de Impostos	48,88	0,00	48,88	100,00%
7888 - Outros Não Especificados	167,87	15,80	152,07	962,47%

A rubrica **Outros Juros e Rendimentos Similares** registou um decréscimo de (100%) comparativamente ao mesmo período do ano de 2015.

descritivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
79 - Rendimentos Financeiros	0,00	770,09	-770,09	100,00%
791 - juros obtidos		770,09	-770,09	-100,00%

No geral, os gastos efetuados em 2016 tiveram um incremento de 10,13%, correspondendo a um valor de 17.789,13€, registando uma maior subida na rubricas de: CMVC; FSE e *Gastos com Pessoal*.

Gastos do Exercício				
descriptivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
61 - CMVC - Custo das Materias Vendidas e Consumidas	48 835,25	43 418,40	5 416,85	12,48%
62 - FSE- Fornecimentos e Serviços Externos	28 287,10	19 874,50	8 412,60	42,33%
63 - Gastos Com Pessoal	105 856,25	98 377,00	7 479,25	7,60%
64 - Amortizações	9 034,93	9 774,71	-739,78	-7,57%
68 - Outros Gastos	366,78	466,41	-99,63	-21,36%
69 - Gastos Financeiros	1 017,44	3 697,60	-2 680,16	-72,48%
Total dos Gastos	193 397,75	175 608,62	17 789,13	10,13%

Enquanto os rendimentos, realizados em 2016, gozaram de uma aumento de 13,72%, no valor de 21.975,76€, onde as vendas e prestações de serviços lideraram os ganhos.

Rendimentos dos Exercício				
descriptivo	realizado	realizado	Δ abst	Δ %
	2016	2015		
71 - Vendas	5 017,00	2 600,90	2 416,10	92,89%
72 - Prestações de Serviços	69 412,14	54 952,45	14 459,69	26,31%
75 - Subsídios e Doações	99 318,75	93 306,93	6 011,82	6,44%
78 - Outros Rendimentos	8 433,43	8 575,19	-141,76	-1,65%
79 - Rendimentos Financeiros	0,00	770,09	-770,09	100,00%
Total dos rendimentos	182 181,32	160 205,56	21 975,76	13,72%

Deste modo, o acréscimo dos rendimentos, não foram suficientes para garantirem um resultado operacional positivo.

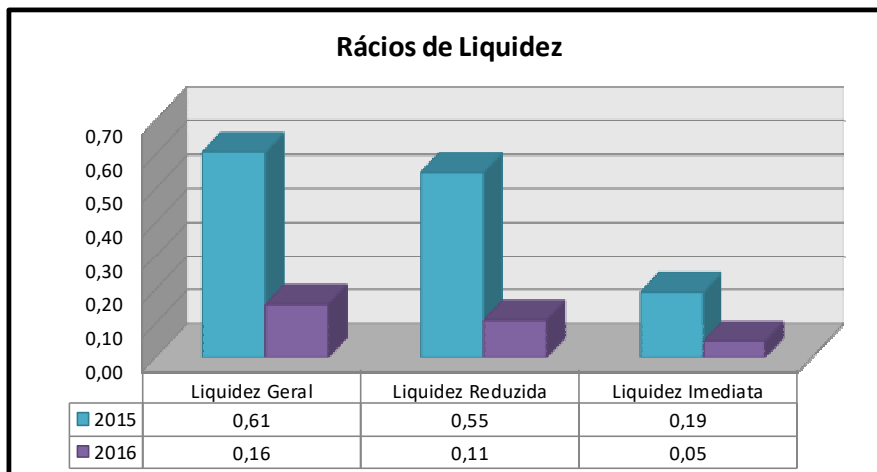
Verifica-se que o RL apesar de negativo melhorou face ao ano anterior.

descriptivo	2016	2015	Δ abst	Δ %
Total dos gastos	193 397,75	175 608,62	17 789,13	10,13%
Total dos rendimentos	182 181,32	160 205,56	21 975,76	13,72%
Resultado do exercício	-11 216,43	-15 403,06	4 186,63	-27,18%

Assim verifica-se que tenha existido uma melhoria de resultados na ordem de (27,18%), que significou um aumento de 4.186,63€, face ao ano anterior, mas ainda assim não suficiente para garantir um resultado liquido positivo no exercício.

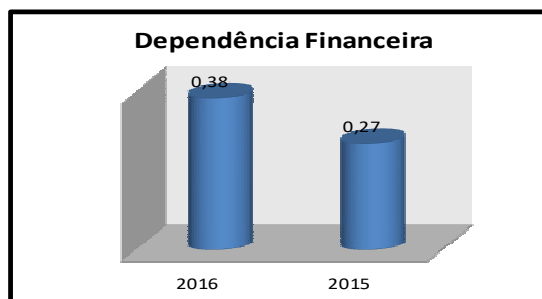
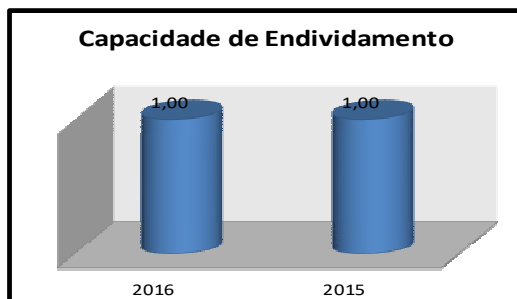
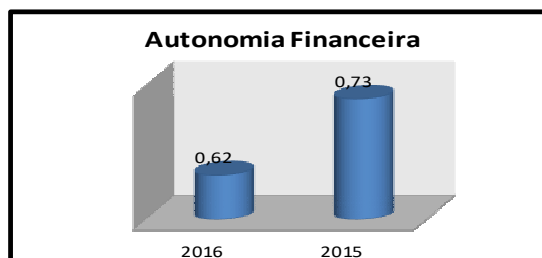
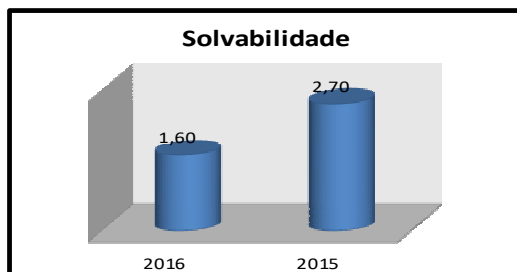
B) Indicadores Financeiros e Comparação de Rácios entre 2016 e 2015

Rácios de Liquidez	Formulas	2016	2015
Liquidez Geral	Activo corrente / Passivo Corrente	0,16	0,61
Liquidez Reduzida	(Activo Corrente-Inv) /Passivo Corrente	0,11	0,55
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	0,05	0,19



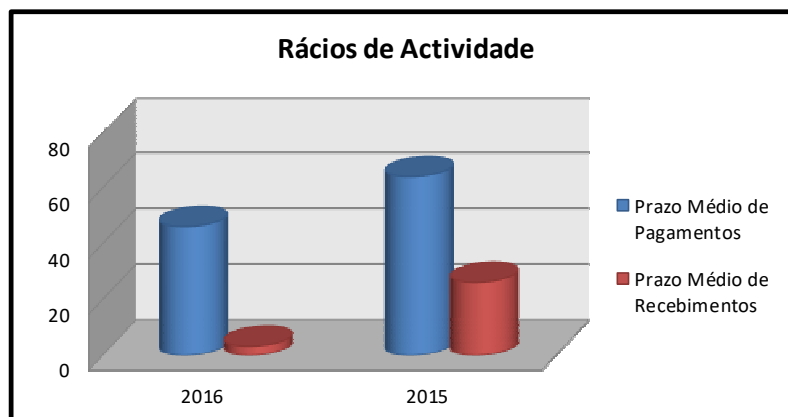
Verifica-se que a liquidez, ou seja, a capacidade de honrar no imediato, o passivo dito corrente diminui.

Rácios de Financiamento	Formulas	2016	2015
Solvabilidade	Fundos Proprios / Passivo	1,60	2,70
Autonomia Financeira	Fundos Proprios / Activo	0,62	0,73
Capacidade de Endividamento	Fundos Proprios / Fundos Permanentes	1,00	1,00
Dependência Financeira	Fundos Alheios / Activo	0,38	0,27



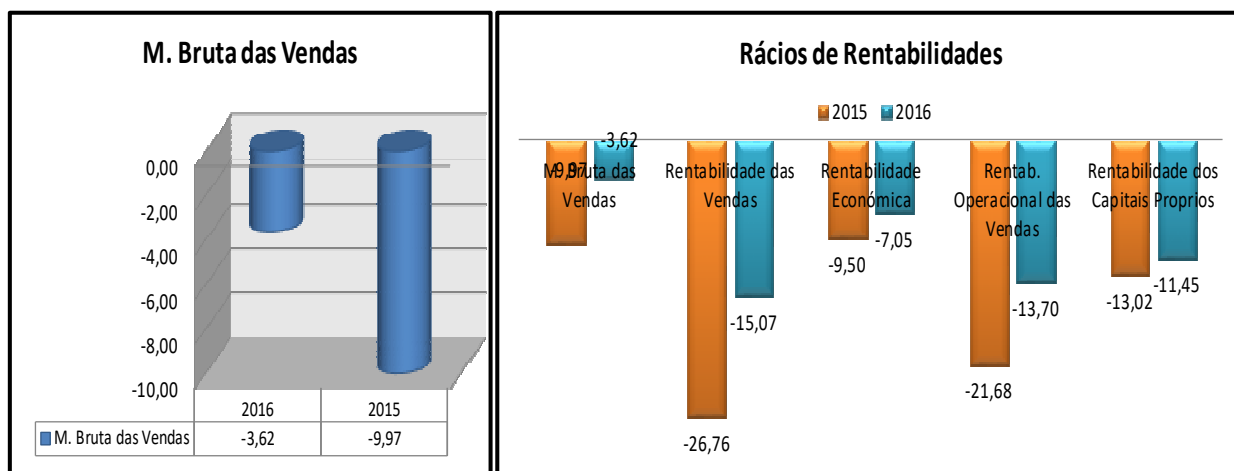
Por via da Destruição de valor em 2015 a solvabilidade e a autonomia financeira diminui, e a dependência financeira aumentou.

Rátios de Actividade		2016	2015
Prazo Médio de Pagamentos	Fornec / Compras + FSE x 365	46	64
Prazo Médio de Recebimentos	Clientes / Vendas + Prt Serv x 365	3	26
compras	SF+CMVC-si	49 045,09	44 058,02



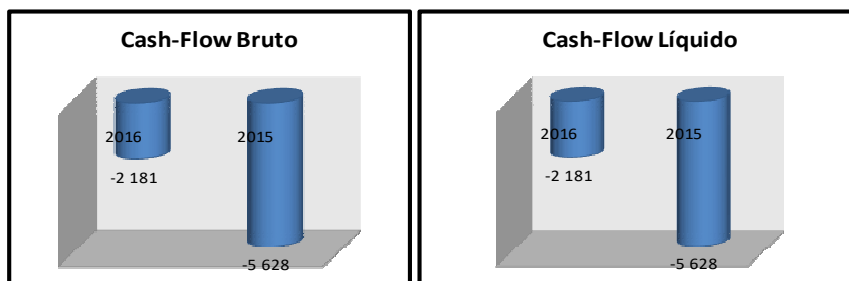
A atividade ao voltar ao seu regular funcionamento melhorou os rácios de pagamento e Recebimento.

Rátios de Rentabilidades	Formulas	2016	2015
M. Bruta das Vendas	$(\text{Prest ser} - \text{cmvc-fse}) / \text{Vendas} \times 100$	-3,62	-9,97
Rentabilidade das Vendas	$\text{RL} / \text{Vendas} \times 100$	-15,07	-26,76
Rentabilidade Económica	$\text{RL} / \text{Activo} \times 100$	-7,05	-9,50
Rentab. Operacional das Vendas	$\text{R.Op.} / \text{Vendas} \times 100$	-13,70	-21,68
Rentabilidade dos Capitais Proprios	$\text{RL} / \text{Fundos Próprios} \times 100$	-11,45	-13,02



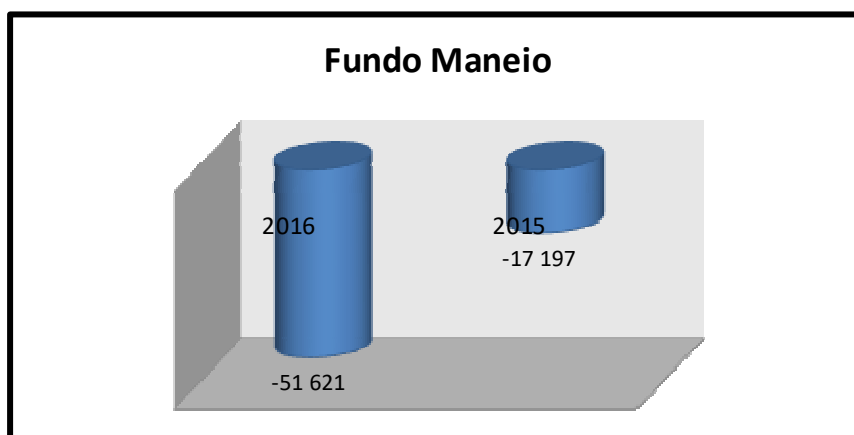
Verifica-se que a NBV melhorou face a 2015, bem como todas os outros rácios de rentabilidade, no entanto ainda no campo negativo.

Análise do CASH-FLOW	2016	2015
Amortizações e provisões	9 035	9 775
Imposto s\ rendimento	0	0
Resultado Líquido do Exercício	-11 216	-15 403
Cash-Flow Bruto	-2 181	-5 628
Imposto s\ rendimento	0	0
Cash-Flow Líquido	-2 181	-5 628



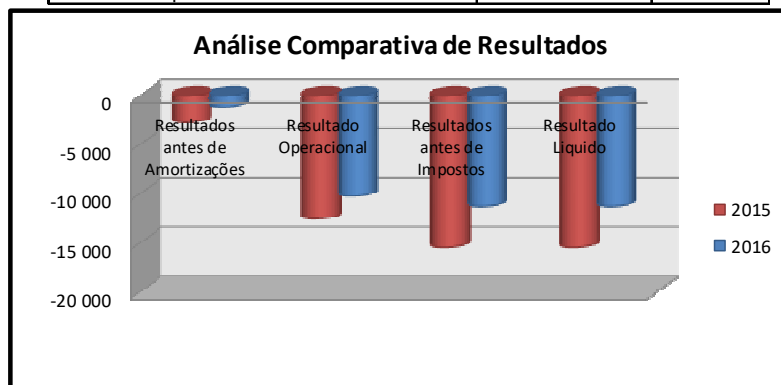
O cash-flow bruto e líquido em 2016, melhorou face ao ano anterior mais ainda continua negativo.

Análise do Fundo Maneio	2016	2015
Capitais próprios	97 934	118 331
Dividas a terceiros a M\L Prazo	0	0
Capitais Permanentes	97 934	118 331
Imobilizado Líquido	149 555	135 528
Fundo Maneio	-51 621	-17 197



A diminuição dos capitais próprios, o aumento do Imobilizado líquido, leva a uma diminuição do Fundo maneio conforme evidenciado no gráfico anterior.

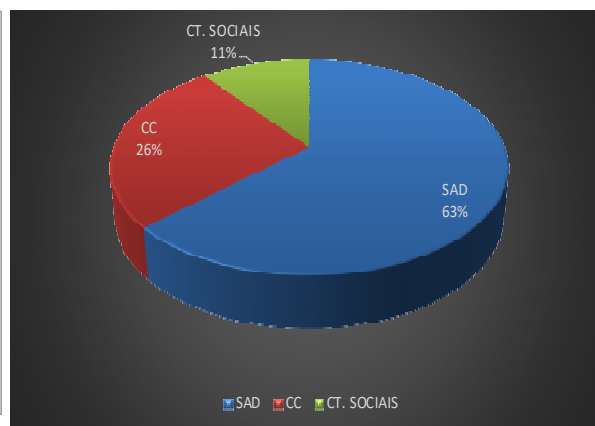
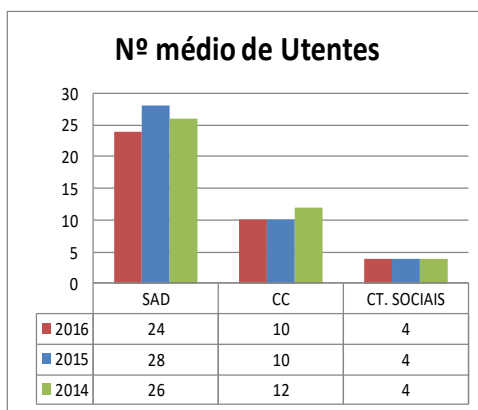
Análise Comparativa de Resultados	2016	2015
Resultados antes de Amortizações	-1 164	-2 701
Resultado Operacional	-10 199	-12 476
Resultados antes de Impostos	-11 216	-15 403
Resultado Líquido	-11 216	-15 403



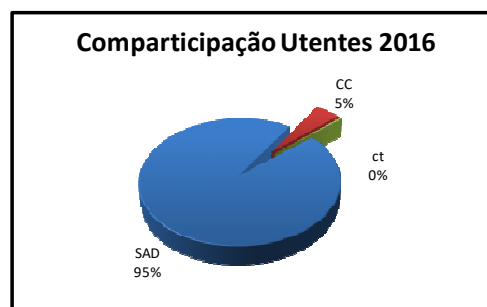
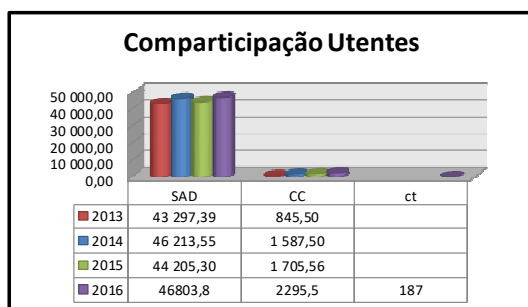
Pela análise gráfica dos resultados verifica-se que apesar de negativos os anos de 2016 melhorar face ao ano anterior.

C) Dados Estatísticos

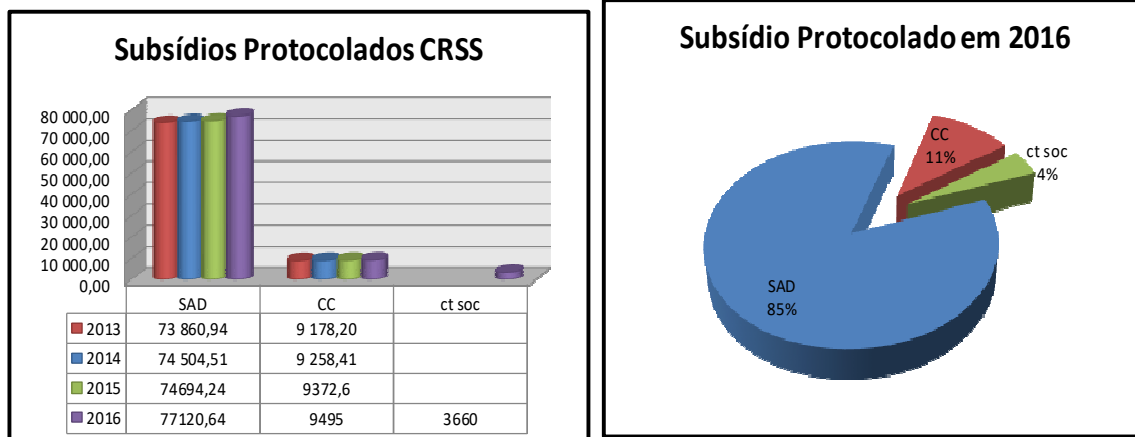
C1. Elementos estatísticos sobre os Utentes



C1.1 Participação dos Utentes



C1.2 Comparticipação do CRSS



C2. Custo médio das refeições em 2015 e 2016

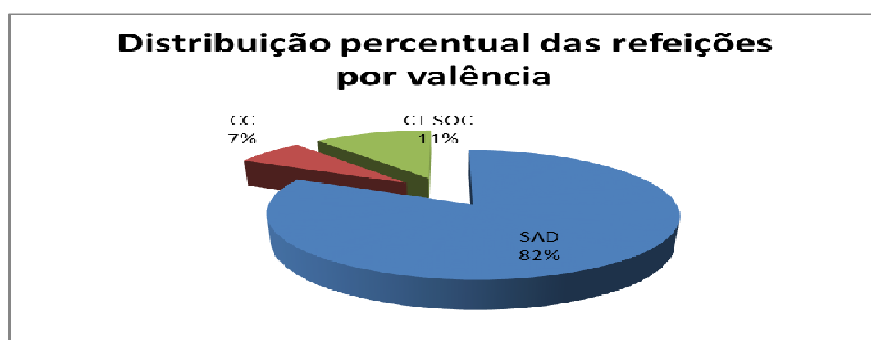
Ano de	2016	2015	Varº
Custo médio da refeições	3,24	2,99	8,60%
Nº refeições	16 585	15 842	4,69%
Custo Total Refeições	53 785,49	47 304,84	13,70%

C3. Custo médio das refeições em 2015 e 2016

C. Unitario	Rúbrica
2,25	cmvc
0,37	fse
0,62	g c\pessoal
3,24	Total

C4. Distribuição (%) das Refeições por Resposta Social em 2015

- ❖ 82% das refeições são realizadas no SAD.
- ❖ 7% das refeições são realizadas no CC.
- ❖ 11% das refeições são realizadas nas Cantinas Sociais (CT SOC).

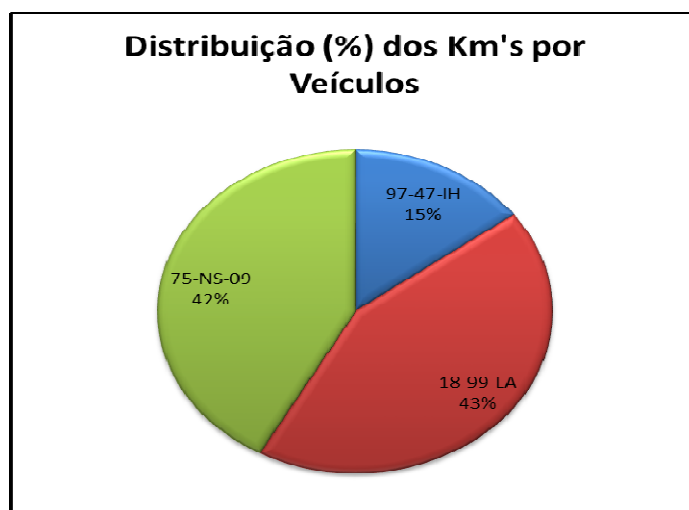


C5. Composição dos Custos com Refeições em 2015

- ❖ 69% dos custos são nos géneros alimentares (CMVMC).
- ❖ 19% dos custos são nos Gastos com Pessoal.
- ❖ 12% dos custos são com Fornecimentos e Serviços Externos (água, luz, gás, entre outros).



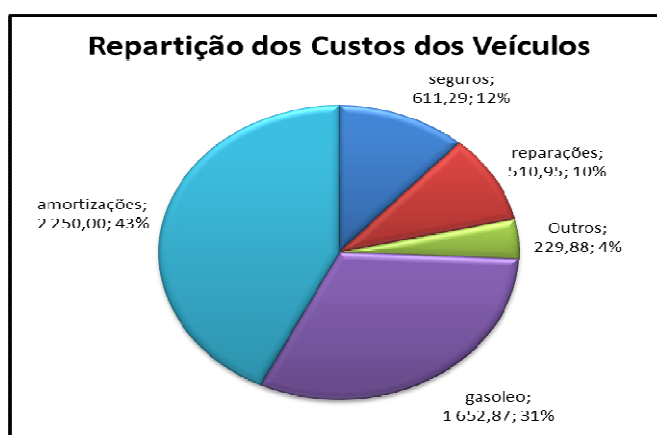
C6. Distribuição dos quilómetros por Veículos em 2015



C7. Repartição dos Custos dos Veículos em 2016

Repartição dos Custos dos Veículos

	97-47-IH	18-99-LA	75-NS-09
seguros	175,24	259,98	176,07
reparações	118,40	392,55	
Outros	34,08	99,30	96,50
gasoleo	245,04	714,00	693,83
amortizações			2 250,00
Total	572,77	1 465,83	3 216,39



frota			
Frota	2014	2015	2016
KM	12 581	8 614	17 126
Custos	2 872,57	3 339,99	5 254,99
c\km	0,23	0,39	0,31
c\ 100km	22,83	38,77	30,68

Demonstrações Financeiras

1. Balanço a 31 de Dezembro de 2016

Entidade: Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 501154701

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RÚBRICAS	Notas	Datas		Δ %
		31/12/2016	31/12/2015	
ACTIVO				
Activo Não Corrente				
Activos Fixos tangíveis	5	149 470,45	135 499,32	10,31%
Bens do Património Histórico e Cultural				
Propriedades de Investimento				
Activos Intangíveis	6	85,03	28,98	193,41%
Investimentos Financeiros				
Fundadores\Beneméritos\Patrocinadores\doadores\Associados e membros				
Activos Fixos Tangíveis em Curso	5	0,00	0,00	-100,00%
Total do Activo Não Corrente		149 555,48	135 528,30	10,35%
Activo Corrente				
Inventários	9	2 839,94	2 630,10	7,98%
Clientes\utentes		653,50	4 115,27	-84,12%
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e Outros Entes Públicos		1 303,48	2 085,29	-37,49%
Fundadores\Beneméritos\Patrocinadores\doadores\Associados e membros				
Outras Contas a Receber		393,16	8 895,63	-95,58%
Diferimentos		1 445,02	504,90	186,20%
Outros Activos Correntes				
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 921,07	8 384,08	-65,16%
Total do Activo Corrente		9 556,17	26 615,27	-64,10%
Total do Activo		159 111,65	162 143,57	-1,87%

Entidade: Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 501154701

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RÚBRICAS	Notas	Datas		Δ %
		31/12/2016	31/12/2015	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas		22 517,62	41 363,54	-45,56%
Resultados Transitados				
Excedentes de revalorização				
Outras Variações de Fundos Patrimoniais		86 633,13	92 370,45	-6,21%
Resultado Líquido do Exercício		-11 216,43	-15 403,06	-27,18%
Total do Fundo de Capital		97 934,32	118 330,93	-17,24%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	11			
Provisões				
Provisões Específicas				
Financiamentos Obtidos				
Outras Contas a pagar				
Total Passivo Não Corrente		0,00	0,00	
Passivo Corrente				
Fornecedores		9 758,37	11 202,45	-12,89%
Adiantamentos de Clientes				
Estado e Outros entes Públicos		2 523,61	2 619,03	-3,64%
Fundadores\Beneméritos\Patrocinadores\doadores\Associados e membros				
Financiamentos Obtidos		12 517,50		
Diferimentos				
Outras Contas a Pagar		36 377,85	29 991,16	21,30%
Outros Passivos financeiros				
Total Passivo Corrente		61 177,33	43 812,64	39,63%
Total do Passivo		61 177,33	43 812,64	39,63%
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		159 111,65	162 143,57	-1,87%

Considerações:

- Os Fundos Próprios diminuíram em 17,24%, por força do RL negativo e de alterações na rubrica de Outras variações patrimoniais que se prendem com imputações de subsídios.
- O Total do Ativo Também diminuiu em 1,87%
- Há um acréscimo do Total do Passivo 39,63%, para além dos fundos para férias e sub de férias inscritos nas rubricas outras contas a pagar , acresce a dívida a construtora.
- O Resultado Líquido do Exercício teve um valor negativo de (11.216,43€).

2. Demonstração de Resultados por Natureza a 31 de Dezembro de 2016

Entidade: Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 501 154 701

Demonstração de Resultados Por Natureza

Período Findo Em: 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RÚBRICAS	Notas	Sinal	Períodos		Δ % Rúbricas
			2016	2015	
2012					
Vendas e serviços Prestados	18	+	74 429,14	57 553,35	29,32%
Subsídios, doações e legados à exploração	12	+	99 318,75	93 306,93	6,44%
Variação nos Inventários da Produção		+ \ -			
Trabalhos para a própria entidade		+			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	-	-48 835,25	-43 418,40	12,48%
Fornecimentos e serviços Externos	18	-	-28 287,10	-19 874,50	42,33%
Gastos Com Pessoal	16	-	-105 856,25	-98 377,00	7,60%
Ajustamentos de Inventários (perdas \ reversões)		- \ +			
Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)		- \ +			
Provisões (Aumentos / Reduções)	11	- \ +			
Provisões Específicas (Aumentos / Reduções)		- \ +			
Outras Imparidades (Perdas \ reversões)		- \ +			
Aumentos \ Reduções do Justo Valor		+ \ -			
Outros rendimentos e Ganhos	18	+	8 433,43	8 575,19	-1,65%
Outros Gastos e Perdas	18	-	-366,78	-466,41	-21,36%
Resultados antes de depreciações, gastos de Financiamento e Impostos		=	-1 164,06	-2 700,84	-56,90%
Gastos \ Reversões de depreciação e de amortização	5	- \ +	-9 034,93	-9 774,71	-7,57%
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		=	-10 198,99	-12 475,55	-18,25%
Juros e Rendimentos similares obtidos	15	+	0,00	770,09	100,00%
juros e gastos similares suportados		-	-1 017,44	-3 697,60	-72,48%
Resultado Antes de impostos		=	-11 216,43	-15 403,06	-27,18%
Imposto Sobre o Rendimento do Período	14	- \ +			
Resultado Líquido do Período		=	-11 216,43	-15 403,06	-27,18%

Considerações:

- Aumento em 29,32% da rubrica Vendas e Serviços Prestados.
- Aumento de 6,44% na rubrica Subsídios e Doações.
- Aumento de CMVC em 12,48%
- Aumento Fornecimentos e Serviços Externos em 42,33%
- Aumento de 7,60% na rubrica de Gastos com Pessoal.
- Diminuição de Outros rendimentos em 1,65%.
- Diminuição de 21,36% da rubrica Outros Gastos e Perdas.
- Resultado Operacional Melhorou em 56,90%, mas negativo em (1.164,06€)
- O Resultado líquido, melhorou em 27,18%, mas negativo em (11.216,43€)
- Existiu um aumento de receitas, mas não suficiente para suportar a estrutura de gastos.

3. Demonstração de Resultados por Valências a 31 de Dezembro de 2015

Entidade: Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 500 969 191

Demonstração de Resultados Por Natureza

Período Findo Em: 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euro

RÚBRICAS	Notas	Sinal	901	902	904	903	valências sociais				31/12/2016
			Bar	CTT	Eventos	Social Valências	9031 SAD	9032 CC	9036 C. Sociais	905 APOIO DESPORTO	Total
Vendas e serviços Prestados		+	16 703,36	198,26	7 908,22	49 619,30	47 450,48	2 168,82			74 429,14
Subsídios, doações e legados à exploração		+			2 985,19	96 333,56	81 229,65	11 059,56	4 044,35		99 318,75
Variação nos Inventários da Produção		+/-				0,00					0,00
Trabalhos para a própria entidade		+				0,00					0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		-	-11 308,05	-186,33		-37 340,87	-30 593,37	-2 498,11	-4 249,39		-48 835,25
Fornecimentos e serviços Externos		-	-5 832,16		-3 436,97	-19 017,97	-14 271,43	-2 681,52	-1 852,86	-212,16	-28 287,10
Gastos Com Pessoal		-	-7 852,30	-1 768,98		-96 234,97	-73 281,22	-21 787,03	-1 166,72		-105 856,25
Ajustamentos de Inventários (perdas \ reversões)		- \ +				0,00					0,00
Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)		- \ +				0,00					0,00
Provisões (Aumentos / Reduções)		- \ +				0,00					0,00
Provisões Específicas (Aumentos / Reduções)		- \ +				0,00					0,00
Outras Imparidades (Perdas \ reversões)		- \ +				0,00					0,00
Aumentos \ Reduções do Justo Valor		+/-				0,00					0,00
Outros rendimentos e Ganhos		+	335,39	2 311,46		5 786,58	4 264,22	1 522,24	0,12		8 433,43
Outros Gastos e Perdas		-	-99,53			-267,25	-262,00	-5,25			-366,78
						0,00					0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de Financiamento e Impostos		=	-8 053,29	554,41	7 456,44	-1 121,62	14 536,33	-12 221,29	-3 224,50	-212,16	-1 164,06
						0,00					
Gastos \ Reversões de depreciação e de amortização		- \ +	-400,56			-8 634,37	-7 048,57	-1 585,80			-9 034,93
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		=	-8 453,85	554,41	7 456,44	-9 755,99	7 487,76	-13 807,09	-3 224,50	-212,16	-10 198,99
Juros e Rendimentos similares obtidos		+	0,00	0,00		0,00	0,00				0,00
Juros e gastos similares suportados		-	-14,35			-1 003,09	-618,67	-384,42			-1 017,44
						0,00					
Resultado Antes de impostos		=	-8 468,20	554,41	7 456,44	-10 759,08	6 869,09	-14 191,51	-3 224,50	-212,16	-11 216,43
			0,00	0,00		0,00					
Imposto Sobre o Rendimento do Período		- \ +	0,00	0,00		0,00					0,00
			0,00	0,00		0,00					
Resultado Liquido do Período		=	-8 468,20	554,41	7 456,44	-10 759,08	6 869,09	-14 191,51	-3 224,50	-212,16	-11 216,43
				-457,35							

MBV	5 395,31
mbv	32,30%

Meses	12	12	12
Utentes	26	10	4
Gastos	-95 481,89	-26 444,02	-3 019,58
GM\Utente	-306,03	-220,37	-62,91

Rendimentos	132 944,35	14 750,62	4 044,47
Rmpor Utente	426,10	122,92	84,26

Resultado	37 462,46	-11 693,40	1 024,89
RMp\Utente	120,07	-97,45	21,35

Acordo protocolar	77 120,64	9 495,00	3 660,00
Gastos a suport	-18 361,25	-16 949,02	640,42
gast a sup p\ Utent	-58,85	-141,24	13,34

Considerações:

- Verifica-se que a Valência Bar tem um resultado negativo (8.468,20€) e que a sua margem bruta de vendas é apenas de 32,30%
- A valência CTT tem um resultado Positivo, no valor de 554,41€.
- Logo as actividades Comerciais, contribuirão negativamente para o resultado final do ano de 2016
- A valência na área social que tem um maior impacto nas contas da Instituição é o SAD.

4. Demonstração Individual das Alterações do Fundo Próprio

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração Individual das Alterações do Fundos proprio do ano					2015	Unidade Monetária:					Euros	
RÚBRICAS	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período			Total
Posição no Início do P1 de Janeiro de 2015	1	0,00	0,00	0,00	40 888,85	0,00	0,00	104 578,07	486,19	145 953,11	0,00	145 953,11
Alterações no Período										0,00		0,00
Primeira adopção de Novo Referencial Contabilístico										0,00		0,00
Alterações de Políticas Contabilísticas										0,00		0,00
provisões para processos judiciais em curso										0,00		0,00
Erros de contabilização de anos anteriores										0,00		0,00
Subsídios para viabilização económica										0,00		0,00
Diferenças de Conversões de Demonstrações Financeiras										0,00		0,00
Realização do Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por Impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-11,50					-11,50		-11,50
	2	0,00	0,00	0,00	-11,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-11,50	0,00	-11,50
Resultado Líquido do exercício	3								-15 403,06	-15 403,06		-15 403,06
Resultado Extensivo	4=2+3								-15 403,06	-15 414,56	0,00	-15 414,56
										0,00		0,00
Operações com Instituidores no Período										0,00		0,00
Fundos					486,19				-486,19	0,00		0,00
Subsídios Doações e legados								-12 207,62	-12 207,62			-12 207,62
Outras operações										0,00		0,00
	5	0,00	0,00	0,00	486,19	0,00	0,00	-12 207,62	-486,19	-12 207,62	0,00	-12 207,62
Posição no Fim do per 31 de dezembro de 2015	6=1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	41 363,54	0,00	0,00	92 370,45	-15 403,06	118 330,93	0,00	118 330,93

Demonstração Individual das Alterações do Fundos proprio do ano					2016	Unidade Monetária: Euros						
RÚBRICAS	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período			Total
Posição no Início do P1 de janeiro de 2016	1	0,00	0,00	0,00	41 363,54	0,00	0,00	92 370,45	-15 403,06	118 330,93	0,00	118 330,93
Alterações no Período									0,00			0,00
Primeira adopção de Novo Referencial Contabilístico									0,00			0,00
Alterações de Políticas Contabilísticas									0,00			0,00
Diferenças de Conversões de Demonstrações Financeiras									0,00			0,00
Reconhecimento do valor processo judicial que excedeu a provisão									0,00			0,00
Realização do Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis									0,00			0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis e respectivas variações									0,00			0,00
Ajustamentos por Impostos diferidos									0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-3 442,86				-3 442,86			-3 442,86
	2	0,00	0,00	0,00	-3 442,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 442,86	0,00	-3 442,86
Resultado Líquido do exercício	3								-11 216,43	-11 216,43		-11 216,43
Resultado Extensivo	4=2+3								-11 216,43	-14 659,29	0,00	-14 659,29
Operações com Instituidores no Período									0,00			0,00
Fundos					-15 403,06				15 403,06	0,00		0,00
Subsídios Doações e legados								-5 737,32	-5 737,32			-5 737,32
Outras operações - desconhecimentos de activos em curso									0,00			0,00
	5	0,00	0,00	0,00	-15 403,06	0,00	0,00	-5 737,32	15 403,06	-5 737,32	0,00	-5 737,32
Posição no Fim do per 31 de dezembro de 2016	6=1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	22 517,62	0,00	0,00	86 633,13	-11 216,43	97 934,32	0,00	97 934,32

5. **Demonstração de Fluxos de Caixa****Demonstração de Fluxos de Caixa**

Período Findo Em: 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RÚBRICAS		Notas	Sinal	Períodos	
				2016	2015
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</u>					
Recebimentos de Clientes e Utentes			+	71 958,27	61 067,29
Pagamentos de Subsídios			-		
pagamentos de apoios			-		
pagamentos de bolsas			-		
pagamentos a fornecedores			-	76 573,11	90 871,76
pagamento ao pessoal			-	75 978,69	67 178,17
Caixa Gerada pelas operações			=	-80 593,53	-96 982,64
Pagamentos \ recebimentos do IRC			+/-		
Outros Recebimentos\ pagamentos			+/-	78 050,63	93 167,16
Fluxo de Caixa das actividades Operacionais (1)			=	-2 542,90	-3 815,48
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos Fixos tangíveis			-	14 420,17	67 590,83
Activos Intangíveis			-		
Investimentos Financeiros			-		
Outros activos			-		
Recebimentos Provenientes de:					
Activos Fixos tangíveis			+		
Activos Intangíveis			+		
Investimentos Financeiros			+		
Outros activos			+		
Subsídios ao Investimento			+		47 110,40
Juros e Rendimentos Similares			+		
dividendos			+		
Fluxo de Caixa das actividades Investimento (2)			=	-14 420,17	-20 480,43
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</u>					
Recebimentos Provenientes de:					
Financiamentos Obtidos			+	14 541,48	
Realização de Fundos			+		
Cobertura de prejuizos			+		
Doações			+		
Outras operações de Financiamento			+		
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos Obtidos			-	2 022,15	2 911,30
Juros e Gastos Similares			-	1 019,27	
Dividendos			-		
Redução de Fundos			-		
Outras Operações de Financiamento			-		
Fluxo de Caixa das actividades de Financiamento (3)			=	11 500,06	-2 911,30
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)				-5 463,01	-27 207,21
Efeito das Diferenças de Câmbio				0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no Início do Período				8 384,08	35 591,29
Caixa e seus equivalentes no Final do Período				2 921,07	8 384,08

Considerações:

- Verifica-se um fluxo de caixa negativo ao nível operacional em 2016

6. Mapa de Imputação de subsídios

		2015											2016
CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DE AMORTIZ.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				SALDO	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO
									VALOR LIQ.	A débito		A crédito	
					1.º AO 3.º ANO	4.º e 5.º ANO	6.º ANO	ANO	ANO N-1	Para a 79831/2	Outros débit	Recebimentos	ANO N
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(14)
593	SUBSIDIOS												
5931	Programa Mases												
59311	Remodelação da Cobertura do Edifício Principal	2009	26 312,00	2%	526,24	526,24	526,24	526,24	22 628,32	526,24			22 102,08
			26 312,00		526,24	526,24	526,24	526,24	22 628,32	526,24	0,00	0,00	22 102,08
5932	Contrato Financiamento IFAP												
59321	Alterações e Ampliação Edifício Sede	2015	47 109,38	5%	2 355,47	2 355,47	2 355,47	2 355,47	44 753,91	2 355,47			42 398,44
			47 109,38		2 355,47	2 355,47	2 355,47	2 355,47	44 753,91	2 355,47	0,00	0,00	42 398,44
5933	Camara Municipal da Golegã - Ampliação Edifício Sede	2015	20 526,76	5,00%	1 026,34	1 026,34	1 026,34	1 026,34	19 500,42	1 026,34			18 474,08
			20 526,76		1 026,34	1 026,34	1 026,34	1 026,34	19 500,42	1 026,34	0,00	0,00	18 474,08
5934	Subsidio FSS para Carrinha Fita (75-NS-09)	2015	7 317,07	25,00%	1 829,27	1 829,27			5 487,80	1 829,27			3 658,53
			7 317,07		1 829,27	1 829,27	0,00	0,00	5 487,80	1 829,27	0,00	0,00	3 658,53
	TOTAL SUBS AO INVESTIMENTO		101 265,21		5 737,31	5 737,31	3 908,05	3 908,05	92 370,45	5 737,32	0,00	0,00	86 633,13
43	INVESTIMENTO												
433													
4332													
4332304	Remodelação da Cobertura do Edifício Principal	2009	39 468,00	2,00%	789,36	789,36	789,36	789,36	29 206,32				28 416,96
43323__	Alterações e Ampliação Edifício Sede	2015	83 124,43	5,00%	4 156,22	4 156,22	4 156,22	4 156,22	78 968,21				74 811,99
			122 592,43		4 945,58	4 945,58	4 945,58	4 945,58	108 174,53			0,00	103 228,95
4333	Equipamento Básico												
433402	Veiculo Automovel (75-NS-09)	2015	9 000,00	25,00%	2 250,00	2 250,00			6 750,00				4 500,00
			9 000,00		2 250,00	2 250,00	0,00	0,00	6 750,00	0,00	0,00	0,00	4 500,00
	TOTAL DO INVESTIMENTOS		131 592,43		7 195,58	7 195,58	4 945,58	4 945,58	114 924,53	0,00	0,00	0,00	107 728,95

Anexo às Contas

Índice

1	Identificação da Entidade	33
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	34
3	Principais Políticas Contabilísticas	35
3.1	Bases de Apresentação	35
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	36
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	46
5	Ativos Fixos Tangíveis	46
6	Activos Intangíveis	48
7	Locações.....	48
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	48
9	Inventários	49
10	Rédito.....	49
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	49
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	50
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	50
14	Imposto sobre o Rendimento	50
15	Benefícios dos empregados	51
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	54
17	Outras Informações	54
17.1	Investimentos Financeiros	54
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	54
17.3	Clientes e Utentes.....	55
17.4	Outras contas a receber.....	55
17.5	Diferimentos	55
17.6	Outros Activos Financeiros	56
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	56
17.8	Fundos Patrimoniais	56
17.9	Fornecedores	56
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	57
17.11	Outras Contas a Pagar	57
17.12	Outros Passivos Financeiros	58
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	58

17.14 Fornecimentos e serviços externos	58
17.15 Outros rendimentos e ganhos	58
17.16 Outros gastos e perdas	59
17.17 Resultados Financeiros	59
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	59

1 Identificação da Entidade

A Casa do Povo de Pombalinho, contribuinte nº 501 154 701, é uma Instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua Barão de Almeirim, N.º14/16, 2150 - 081 Pombalinho, Concelho de Golegã, Distrito de Santarém. Tem como atividade Apoio Social a Idosos, sem Alojamento, disponibilizando as seguintes valências:

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio
- Cantinas Sociais

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, que prossegue os objetivos previstos no artigo 1 do Estatuto das IPSS, sendo equiparada a estas Instituições e aplicando-lhe os mesmos Estatutos e Direitos, Deveres e Benefícios Fiscais desde 05/12/2006, conforme despacho de 2008/11/04 da Subdirectora-Geral da Segurança Social.

Tem como missão promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. Tem por finalidade desenvolver atividades de carácter social, cultural, recreativo e desportivo, com a participação dos interesses e em colaboração com o Estado, as Autarquias e o INATEL.

Para realização destes fins, a Casa do Povo, deve:

- Promover ações de animação sócio-cultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;
- Desenvolver atividades de apoio social nas valências Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;
- Fomentar a participação da população nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da área em que está inserida e a melhorar a qualidade de vida nos aspetos social, cultural, desportivo e recreativo;
- Participar no planeamento de ações de carácter económico, social e cultural que abranjam a área inserida.

A sua gestão, por via do direito que regula os seus Estatutos, é constituída por uma Direção, um Conselho Fiscal e uma Mesa da Assembleia Geral.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Este principio é derogado, relativamente a prestação de contas da quotização dos sócios da entidade. Nessa rubrica é aplicado o regime de Caixa, ou seja, é apenas registado como rendimento os valores efetivamente recebidos no exercício.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à

perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta durante o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas

directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no

cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,00% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

- Foram detetados erros, relativos a saldos de contas correntes de utentes, que advinham do passado, nesse sentido e para corrigir o valor do balanço a fim de dar uma imagem verdadeira e apropriada, efetuou-se a devida correção por contrapartida da conta de Resultados Transitados.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Nada a declarar

Bens do património histórico, artístico e cultural

Nada a declarar

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	75.217,40	83.124,43				158.341,83
Equipamento básico	19.695,69	400,00				20.095,69
Equipamento de transporte	8.500,00	10.500,00				19.000,00
Equipamento administrativo	18.540,68	292,67				18.833,35
Outros Ativos fixos tangíveis	2.439,00	0,00				2.439,00
Total	124.392,77	94.317,10	0,00	0,00	0,00	218.709,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	26.732,19	5.786,03				32.518,22
Equipamento básico	18.600,78	584,95				19.185,73
Equipamento de transporte	8.500,00	3.750,00				12.250,00
Equipamento administrativo	16.678,61	900,04				17.578,65
Outros Ativos fixos tangíveis	1.424,26	253,69				1.677,95
Total	71.935,84	11.274,71	0,00	0,00	0,00	83.210,55

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	158.341,83	0,00				158.341,83
Equipamento básico	20.095,69	0,00				20.095,69
Equipamento de transporte	19.000,00	0,00				19.000,00
Equipamento administrativo	18.833,35	0,00				18.833,35
Outros Ativos fixos tangíveis	2.439,00	0,00				2.439,00
Total	218.709,87	0,00	0,00	0,00	0,00	218.709,87
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	32.518,22	5.786,03				38.304,25
Equipamento básico	19.185,73	209,20				19.394,93
Equipamento de transporte	12.250,00	2.250,00				14.500,00
Equipamento administrativo	17.578,65	536,01				18.114,66
Outros Ativos fixos tangíveis	1.677,95	253,69				1.931,64
Total	83.210,55	9.034,93	0,00	0,00	0,00	92.245,48

Propriedades de Investimento

Nada a Declarar

6 Activos IntangíveisBens do domínio público

Nada a declarar

Outros Activos Intangíveis

Nada a declarar

7 Locações

Nada a declarar

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-12.517,50		-12.517,50	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-12.517,50	-12.517,50	-25.035,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2016 5			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	12.517,50	312,93	12.830,43			
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015			2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações
Mercadorias	307,90	0,00	0,00	134,36	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.211,53	0,00	0,00	2.495,74	0,00	0,00
Total	2.519,43	0,00	0,00	2.630,10	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				43.418,40		
						48.835,25

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	5.017,00	2.600,90
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	49.099,30	45.910,86
Quotas e jóias	312,00	210,00
Promoções para captação de recursos	7.908,22	667,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	770,09
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	62.336,52	50.158,85

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nada a Declarar

Passivos contingentes

Nada a Declarar

Activos contingentes

Nada a Declarar

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Acordo de Cooperação	86.615,64	84.066,84
Subsídio Seg.Social - SAD	77.120,64	74.694,24
Subsídio Seg.Social - CC	9.495,00	9.372,60
IEFP	1.257,66	3.957,04
Segurança Social	0,00	0,00
Cantinas Sociais	3.660,00	5.102,50
Total	91.533,30	93.126,38
Apoios do Governo		
Total	0,00	0,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a Declarar

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2016	2015
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Apesar desta entidade ser de carater “misto”, ter atividade do âmbito social e do âmbito comercial, o facto de na atividade comercial não atingir valores, que excedam o valor do benefício fiscal constante no artigo 54º do EBF, acrescendo ao facto de ter apresentado no exercício um resultado negativo relativo a parte comercial da exploração, não está sujeita ao pagamento de qualquer valor de IRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, os seguintes:

Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral	
Cargo	Nome
Presidente:	Vitor Manuel Borges da Costa
1º secretário:	João Carlos Duarte santos Légua
2º secretário:	Hélder Manuel Arroteia Costa

Direcção	
Cargo	Nome
Presidente:	José Manuel Almeida Guilherme da Costa
Vice Presidente:	Rui Manuel Duarte Fonseca Cavaco
Tesoureiro:	Manuel António Gandarez Martinho
Secretário:	Vera Lúcia Marques
Vogal:	Dina Teresa Simões Miguel Costa

Conselho Fiscal	
Cargo	Nome
Presidente:	Maria Dulce Arroteia Costa
Vice Presidente:	João Cralos Gandarez Martinho
Tesoureiro:	Tiago Manuel da Costa Cavaco

Os Órgãos sociais não auferem qualquer tipo de remuneração prestando trabalho voluntário:

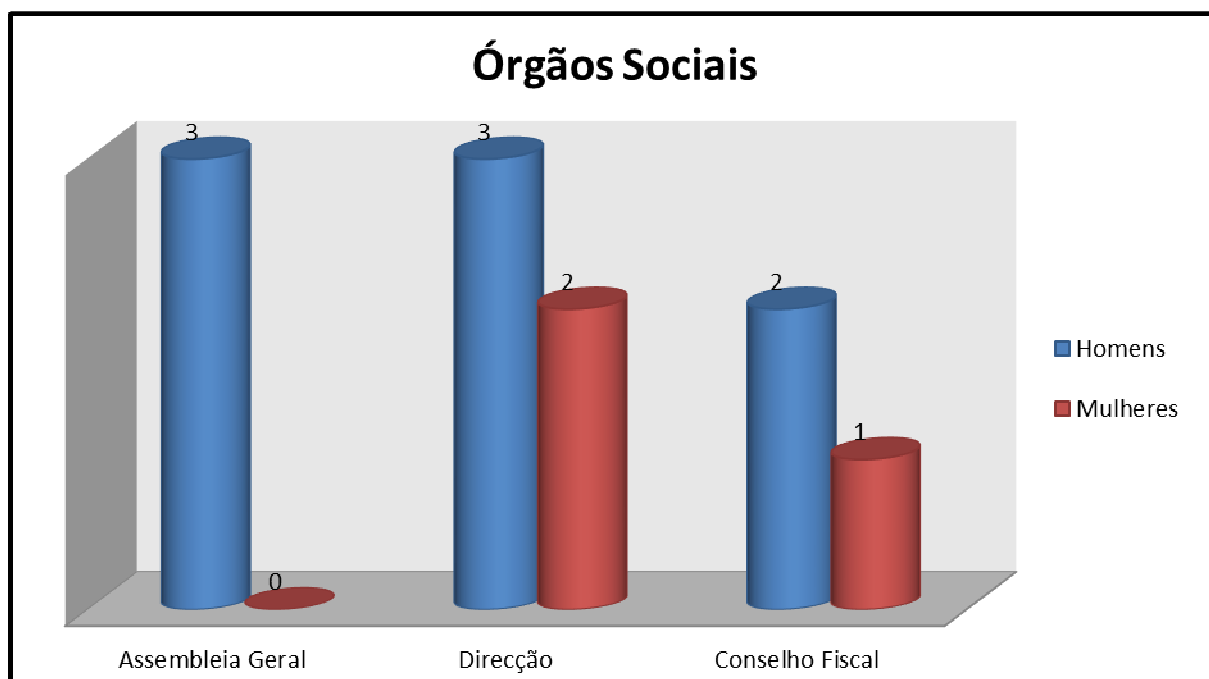
Órgãos Sociais	Total	Homens	Mulheres	Remunerações
Assembleia Geral	3	3	0	s\ remuneração
Direcção	5	3	2	s\ remuneração
Conselho Fiscal	3	2	1	s\ remuneração

Totais	11	8	3
---------------	-----------	----------	----------

Estima-se que esse trabalho voluntário em horas tenha sido o seguinte:

FUNÇÕES DESEMPENHADAS	NUMERO DE PESSOAS	V. unitário Prestação serviço	TOTAL DE HORAS	VALOR
				Euros
Assembleia Geral	s\ remuneração	0	18	0,00
Direcção	s\ remuneração	0	520	0,00
Conselho Fiscal	s\ remuneração	0	36	0,00
VALOR TOTAL DO TRABALHO VOLUNTÁRIO				0,00

A paridade dos órgãos sociais é representada pelo seguinte gráfico:



Colaboradores\Funcionários:

Temos o seguinte quadro de pessoal:

Casa do Povo de Pombalinho

Contribuinte: 501 154 701

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas	Numeros médios anuais			Nº de horas
descrição	Total	Homens	Mulheres	Trabalhadas
Pessoas ao serviço remuneradas e não remuneradas	22	9	13	18 156
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	11	2	9	17 582
Trabalhadores por conta de outrem	11	2	9	17 582
Trabalhadores Avençados	0	0	0	0
Trabalhadores Ocasionais e Programas \estágios profissionais (IEFP)	0	0	0	0
Pessoas Não remuneradas ao serviço da empresa	11	7	4	574
Assembleia Geral (efectivos)	3	2	1	18
Direcção (efectivos)	5	3	2	520
Conselho fiscal (efectivos)	3	2	1	36
Voluntários	0	0	0	0
Pessoas ao Serviço da instituição por Tipo de Horário	22	9	13	18 156
TEMPO COMPLETO	11	2	9	17 582
- Pessoas Remuneradas	11	2	9	17 582
- Pessoas Não remuneradas	0	0	0	0
TEMPO PARCIAL	11	7	4	574
- Pessoas Remuneradas	0	0	0	0
- Pessoas Não remuneradas	11	7	4	574

Com base no atrás exposto, os encargos com o pessoal tem a seguinte representatividade:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	77.957,64	74.106,62
Programas e estágios	7.553,77	5.680,56
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	18.593,50	17.072,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.751,34	1.517,36
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	105.856,25	98.377,00

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	85,03	28,98
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	85,03	28,98

Os investimentos financeiros aqui apresentados referem-se à contribuição obrigatória para o FCT

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31/12/2016, bem como nos anos anteriores, os sócios da instituição, pagam quotas, que são registadas, derrogando o princípio do acréscimo, ou seja apenas sendo registadas como Rendimentos os valores efetivamente cobrados, daí não haver saldo nestas contas.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	186,77
Utentes	653,50	3.928,50
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	653,50	4.115,27

Salienta-se que na Rúbrica de Utentes conta corrente o saldo Inicial de 2016, carecia de correção visto incorpora valores de anos anteriores que não tinham justificação, assim sendo, tal e qual foi explicado no ponto 4, a correção do erro foi feita por contrapartida de Resultados transitados.

Nos períodos de 2016 e 2015 foram não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	104,40
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	393,16	8.791,23
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	393,16	8.895,63

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
	1.445,02	504,90
Total	1.445,02	504,90
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Activos Financeiros

Nada a Declarar

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	282,92	2.010,42
Depósitos à ordem	2.638,15	6.373,66
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	2.921,07	8.384,08

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	41.363,54	0,00	-18.845,92	22.517,62
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	92.370,45	0,00	-5.737,32	86.633,13
Total	133.733,99	0,00	-24.583,24	109.150,75

As alterações aos fundos próprios decorrem da incorporação do RL do ano anterior , bem como da imputação de subsídios ao investimento do ano corrente.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	9.758,37	11.202,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	9.758,37	11.202,45

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,26
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.303,48	2.085,03
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.303,48	2.085,29
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	437,56	272,94
Segurança Social	2.086,05	2.346,09
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2.523,61	2.619,03

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		155,75		169,77
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		14.416,17
Credores por acréscimo de gastos		13.058,12		15.072,00
Fornecedores de Imobilizado		23.006,06		
Outros credores		157,92		333,22
Total	0,00	36.377,85	0,00	29.991,16

Nesta rubrica existe um valor de 23.006,06€, referente a fatura do final da obra de investimento que foi, submetida ao programa PRODER, que devido a incumprimento por parte do empreiteiro no que diz respeito as prazos de empreitada, a mesma foi considerada Não elegível pela entidade Financiadora (IFAP), tendo a entidade perdido o financiamento correspondente a parte significativa do projeto, como tal ficou sem condições de poder liquidar esta fatura, estando a mesma em atraso, para com o fornecedor.

No seguimento destes factos a Instituição, passou a ter a sua situação Financeira desequilibrada, e teve de se endividar, o que veio desequilibra a sua tesouraria, trazendo dificuldades acrescida a sua gestão corrente.

Devido aos factos atrás relatados a instituição pondera recorrer ao FUNDO de Socorro (FS), a fim de poder, solucionar seu desequilíbrio financeiro e recuperar a gestão corrente de forma normalizada.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Nada a declarar

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	94.827,30	93.126,38
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	4.491,45	180,55
Legados	0,00	0,00
Total	99.318,75	93.306,93

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	8.221,85	7.511,06
Materiais	1.948,20	1.135,93
Energia e fluidos	11.221,26	8.243,93
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	6.895,79	2.983,58
Total	28.287,10	19.874,50

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	2.454,08	2.187,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	24,90	107,22
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	5.954,45	6.280,57

Total	8.433,43	8.575,19
--------------	-----------------	-----------------

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	216,34	348,78
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	45,44	12,63
Quotizações	105,00	105,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00
Total	366,78	466,41

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	624,44	2.186,60
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	393,00	1.511,00
Total	1.017,44	3.697,60
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	770,09
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	770,09
Resultados Financeiros	-1.017,44	-2.927,51

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Deliberações da Direção, passíveis de impactos nas demonstrações Financeiras:

- ✓ Conforme relatado no ponto 17.11, Outras contas a pagar, a Instituição, devido ao incumprimento por parte do empreiteira das obras de melhoramento do centro, as quais estavam Financiadas pelo projeto Proder, Perdeu, mais de 30% do Financiamento aprovado, devido a obra não estar concluída no prazo acordado.
- ✓ Esse incumprimento por parte do empreiteiro da Obra “Construções Sequita”, vieram a resultar em danos patrimoniais graves para a instituição:

- -Perca de grande parte do Financiamento da Obra
- Incapacidade de pagar a Última fatura apresentada pela construtora já fora de prazo.
- Descapitalização da entidade por ter necessidade de recorrer a fundos próprios, bem como a financiamento para conseguir cumprir com as demais obrigações decorrentes do investimento realizado.
- ✓ Acrescendo a esse facto que esse Projeto de financiamento tinha uma majoração, para mais dois postos de trabalho, que se verificaram, mas que devido a incapacidade o investimento conduzir ao aumento das capacidades de utentes serviços, veio-se a verificar que, existe um acréscimo de custos com o pessoal não adequado a estrutura de receitas.

Com base nesse facto os anos de exploração 2015 e principalmente 2016, apresentam resultados negativos.

O endividamento da instituição por via do atrás exposto, o aumento dos custos inerentes ao cumprimento do contratado no projeto, bem como a perda de financiamento do mesmo com base no atraso verificado no cumprimento dos prazos por parte da construtora, levou a que a instituição se encontre numa situação de desequilíbrio financeiro e económico.

- ✓ Desequilíbrio Financeiro
 - Visto que teve de se descapitalizar para pagamento das despesas de investimento, para as quais havia uma fonte de financiamento que não se veio a concretizar
 - Levou ao seu endividamento bancário, para fazer face as responsabilidades assumidas
 - Desequilibrou a tesouraria vivendo em grande sufoco na sua gestão corrente.
- ✓ Desequilíbrio Económico:
 - Com as responsabilidades assumidas da contratação de mais funcionários, aumentou os seus gastos com pessoal.
 - Esse facto não foi acompanhado com incremento das receitas inerentes a exploração da sua atividade
 - Esses factos geraram Desequilíbrios económicos que resultam, na apresentação de resultados operacionais, e líquidos negativos.

Estes dois desequilíbrios económicos e financeiros, lançam a instituição numa espiral de não rentabilidade, que tem vindo a destruir valor na instituição nos últimos dois anos, neste

contexto e tendo noção desta realidade a Direção pondera de gestão a fim de retirar a instituição desta espiral de destruição de valor:

- I. Solicitar o apoio do Fundo de Socorro, a fim de conseguir equilibrar financeiramente a instituição
- II. Abrir um novo serviço social de apoio a comunidade “Centro de Noite”, a fim de assegurar os postos de trabalho existentes, melhorar a prestação de serviços a população, e aumentar os rendimentos da instituição.
- III. Caso não seja possível em tempo útil, a realização do ponto II, irá ser necessário recorrer ao despedimento de funcionários admitidos, a fim de equilibrar economicamente o centro. Se esta ponto tiver de ser utilizado existiram consequências que podem afetar as contas atras expostas:
 - a. Indeminizações de despedimento.
 - b. Perca eventual da majoração do projeto de financiamento ara alem do valor já atualmente perdido por falta de cumprimento de prazos.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, os factos atrás expostos não são ainda quantificáveis, visto as decisões estarem ainda a ser ponderadas e analisadas, assim sendo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, optamos apenas por divulga-los.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 31/01/2017

Pombalinho, 31 de Janeiro de 2017

O Contabilista Certificado

42571-Artur Rabuge

A Direcção

José Manuel Almeida Guilherme da Costa

Rui Manuel Duarte Fonseca Cavaco

Manuel António Gandarez Martinho

Vera Lúcia Marques

Dina Teresa Simões Miguel Costa

